

Pioneiras no campo da medicina no Brasil: trajetórias nas interseções.

Avance de investigación en curso

Género, Desigualdad y Ciudadania

Luzinete Simões Minella¹

Resumo

Este trabalho se insere no campo das relações entre gênero e ciências e sintetiza os resultados de pesquisas sobre as trajetórias das pioneiras na área da medicina no Brasil, ponderando até que ponto as análises recuperam as interseções entre gênero, classes, gerações e etnia. A metodologia se baseou num levantamento bibliográfico que incluiu publicações divulgadas a partir dos anos noventa. A análise, inspirada nos avanços do debate sobre a participação das mulheres no campo científico, revela que as pesquisas privilegiaram o enfoque histórico, destacando a atuação profissional e política das pioneiras, suas origens de classe, as especificidades do contexto da sua formação e de sua inserção profissional. Foram encontradas poucas referências às questões étnicas.

Palavras-chave: Gênero; Ciências; Medicina.

Introdução

Este trabalho se insere no campo das relações entre gênero e ciências e sintetiza os resultados das pesquisas sobre as trajetórias das pioneiras na área da medicina no Brasil, ponderando até que ponto as análises recuperam as interseções entre gênero, classes, gerações e etnia. Sua realização constitui parte de um projeto em andamento, que objetiva analisar o perfil das estudantes dos cursos de graduação em medicina no Nordeste e no Sul do Brasil, focalizando as desigualdades de gênero em seus entrelaçamentos com as de classe, gerações e raça/etnia².

O estudo dá continuidade a uma pesquisa anterior, fundamentada num levantamento bibliográfico que identificou três temáticas prioritárias sobre gênero e ciências no Brasil: análises sobre a participação das mulheres na academia, acesso ao ensino superior, às carreiras científicas, à produção científica e às associações; críticas à ciência, reflexões sobre o gênero na ciência, análises sobre os impactos da ciência e das tecnologias sobre o trabalho e a saúde das mulheres; história e trajetórias de cientistas e viajantes (MINELLA, 2013).

A análise dos resultados do levantamento bibliográfico levado a cabo até o momento, se inspira em várias contribuições relevantes do campo de gênero e ciências, entre as quais destacamos algumas obras de Margaret Rossiter (1982), Sandra Harding (1996) e Londa Schiebinger (2001).

Parto do pressuposto de que a participação das mulheres vem aumentando gradativamente, sendo bastante expressiva em muitas áreas científicas (MELO et al, 2004; MELO, 2010), inclusive na medicina (TABAK, 2002). O enfoque adotado considera ainda, que a ciência tem se constituído ao longo do tempo como um campo de disputas que extrapola a questão geracional destacada por Pierre

¹ Doutora em Sociologia, professora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil e pesquisadora do Instituto de Estudos de Gênero da mesma instituição.

² O projeto se intitula “Mulheres no campo da Medicina no Nordeste e no Sul do Brasil: interseções de gênero, gerações, classe e etnia” e conta com financiamento do CNPq.

Bourdieu (1983). Por isso mesmo e, na tentativa de ampliar o potencial explicativo da análise, recorreremos à noção de interseccionalidade para referir, de acordo com Kimberlé Creenshaw, o entrelaçamento e a superposição de diferentes “eixos de subordinação” (2002) ou “eixos de diferenciação”, conforme prefere Avtar Brah (2006).

A metodologia se baseou num levantamento bibliográfico que pretende ser representativo, embora não exaustivo. Incluiu, até o momento, artigos publicados em periódicos científicos e coletâneas, anais de eventos científicos, teses e dissertações, todos publicados e/ou divulgados a partir dos anos noventa que abordam a trajetória das pioneiras que ingressaram na área da medicina no Brasil entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

I – Estudos sobre pioneiras da medicina no Brasil

Os estudos sobre a trajetória das pioneiras na área da medicina analisados neste trabalho, foram elaborados a partir dos anos noventa, se inserem no campo de Gênero e Ciências e foram construídas através do enfoque histórico. Nessa revisão da literatura, seus resultados serão sintetizados, destacando-se as origens das pioneiras, as instituições nas quais se formaram, suas áreas de atuação, bem como algumas das dificuldades que enfrentaram ao longo das suas trajetórias³.

Serão referidas as contribuições de June Hahner, Maria Lúcia de Barros Mott e Monica Raisa Schpun, cujas pesquisas remontam aos anos noventa e se estendem pela década seguinte. E os estudos de Elisabeth Jukiska Rago, Iole Macedo Vanin, Márcia Aparecida de Lima Vieira e Hildete Pereira de Melo, autoras cujos textos foram publicados na primeira década do milênio e se destacam, ao meu ver, por serem as pioneiras dos estudos sobre pioneiras.

June Hahner, historiadora norte-americana, analisa o contexto mais geral da luta das mulheres brasileiras pela emancipação, ressaltando entre outros aspectos, o forte vínculo do sistema escolar brasileiro do período considerado, especialmente dos finais do século XIX, com uma visão tradicional sobre o papel da mulher.

A autora aborda as pioneiras que atuaram na defesa dos direitos da mulher, nas lutas por educação, emprego e voto, destacando a trajetória de algumas delas, inclusive a de Maria Augusta Generoso Estrela, considerada por alguns como a primeira médica brasileira diplomada pelo New York Medical College Women em 1877, numa época em que as mulheres não podiam realizar cursos superiores no Brasil (2003).

Três outras médicas pioneiras são também citadas por Hahner: Josefa Águeda Felisbella Mercedes de Oliveira, pernambucana, filha de advogado, que também estudou na mesma instituição norte-americana; Rita Lobato, gaúcha que se graduou pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1887, foia primeira mulher a receber um diploma de medicina expedido por uma instituição acadêmica brasileira; e Ermelinda Lopes de Vasconcelos, normalista graduada, que recebeu seu título na escola de medicina do Rio, casou-se, teve dois filhos e exerceu a medicina durante cinquenta anos (2003, p. 141).

Poucos anos depois da publicação da obra de Hahner, Maria Lúcia de Barros Mott divulgou os resultados de várias pesquisas sobre as pioneiras das práticas médicas no país. Entre os principais, destacamos três estudos publicados nos anos noventa (1994, 1998 e 1999) e dois divulgados em 2005 e 2008.

O primeiro deles, publicado na *Revista Estudos Feministas*, aborda Madame Durocher, nascida na França em 1809 de uma família modesta que se estabeleceu no Brasil no ramo do comércio de tecidos e roupas. Segundo as fontes consultadas pela autora, Marie Josephine Mathilde Durocher exerceu

³ Lembramos que uma revisão crítica detalhada sobre a exclusão das mulheres do campo das ciências médicas, que prevaleceu do século XII, quando foram criadas as universidades na Europa Ocidental, até o século XIX, pode ser encontrada na tese de doutorado de VANIN, Iole, em particular no primeiro capítulo intitulado “Gênero, Poder (es) e Conhecimento: a exclusão das mulheres das ciências biomédicas” (p. 25-85).

funções comerciais na loja da família, em seguida trabalhou como modista e em seguida realizou o curso de parto na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro entre 1832 e 1834. Completando sua formação com aulas particulares, ela tornou-se parteira da família imperial e a: “primeira mulher educada no Brasil, que se tem notícia até o momento, a publicar textos com o seu próprio nome na área da medicina (1848) e a única mulher a ser admitida como sócia, no século passado, na Academia Imperial de Medicina” em 1871, tendo falecido em 1893 após um longo período de prática profissional (Mott: 1994, p. 102).

Posteriormente, em sua tese de doutorado, mediante uma pesquisa historiográfica ainda mais minuciosa, Mott explora os detalhes da trajetória profissional de Madame Durocher, destacando seus conhecimentos sobre as práticas obstétricas (1998).

Depois de colocar em discussão, num outro artigo, os estereótipos médicos sobre as parteiras (1999), além de ter realizado uma série de outras pesquisas significativas para o campo da História da Ciência, a autora divulga no periódico *Cadernos Pagu*, os resultados do seu estudo sobre a médica belga Maria Renotte “que em 1878 mudou-se para o Brasil, onde trabalhou como preceptora, professora e médica”. A autora observa que através dos seus escritos e da sua prática social, ela formou-se pelo Woman's Medical College of Pennsylvania, Estados Unidos, e, além de ter atuado como cirurgiã na Santa Casa de Misericórdia, lutou:

“Pelos direitos das mulheres a uma melhor educação, ao acesso a diferentes tipos de trabalho, à obtenção de um corpo mais saudável, à cidadania política. Pregou a participação das mulheres em entidades assistenciais, e fundou uma filial da Cruz Vermelha na capital paulista”. (Mott: 2005, p. 41).

Mais recentemente um novo estudo realizado pela autora, em parceria com outras pesquisadoras, foi publicado pela revista *Ciência & Saúde Coletiva*, desta vez sobre médicos e médicas em São Paulo, mediante análise das informações contidas nos Livros de Registros do Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional, entre 1892 e 1932 disponíveis no Centro de Memória da Saúde Pública (SES/SP). O artigo analisa “o perfil (naturalidade, nacionalidade e sexo), a formação e a inserção profissional dos médicos no mercado de trabalho em São Paulo, entre 1892–1932” (2008, p.853)⁴.

O levantamento de dados evidenciou que o número de médicas registradas no período foi muito baixo, correspondendo a apenas 1% do total e revelando uma tendência de alta a partir de 1927 (2008, p. 861).

Identificou-se um número considerável de imigrantes pois:

“Das 33 médicas registradas entre 1892 e 1932, 24% eram estrangeiras, 76% eram brasileiras, sendo a maioria, nascida em São Paulo (76%). As duas primeiras médicas nascidas no Brasil que se inscreveram no Serviço Sanitário em São Paulo eram naturais do Estado e registraram-se em 1917. A inscrição de egressas da FMCSP inicia em 1921” (Mott et alii, 2008, p. 861).

O artigo de Elisabeth Juliska Rago, publicado em 2000 na revista *Cadernos Pagu*, também focaliza o contexto da inserção das primeiras mulheres brasileiras que ingressaram na carreira na virada do século XIX para o século XX, tentando revelar “como as pioneiras foram capazes de reverter as pressões políticas e sociais, criando as condições de ruptura do mundo masculino da medicina” (2000, p. 199).

Rago afirma que seguindo a atitude vanguardista de Maria Augusta e Josefa, “destacam-se Rita Lobato Velho Lopes, Ermelinda Lopes de Vasconcelos, Antonieta César Dias, Francisca Barreto Prager, Amélia Pedroso Benebian, Maria Renotte” (2000, p. 224). A autora assinala que todas tiveram em comum as origens sociais, sendo provenientes de famílias com independência econômica.

A mesma autora publicaria poucos anos depois sua tese de doutorado, uma investigação minuciosa, apoiada em inúmeras fontes históricas, sobre a trajetória de Francisca Prager Froés, médica baiana que se formou na Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia em 1893, aos 21 anos, sendo a única mulher da turma, em meio a vinte e quatro homens. A primeira parte do livro recupera o pioneirismo da mãe

⁴ Esse artigo foi publicado em 2008, poucos anos antes do falecimento de Maria Lúcia de Barros Mott, ocorrido em junho de 2011 em São Paulo.

desta médica, Francisca Rosa Barreto Prager (1836-1909), “mulher de letras e feminista”, oriunda de uma família com independência econômica, que viveu no Recôncavo Baiano (2007, p.108).

Em seguida aborda a trajetória de Francisca Prager Froés na área de Ginecologia e Obstetrícia, os meandros da sua atuação profissional e seus compromissos políticos. Entre outros aspectos relevantes, Rago chama a atenção para a participação de Francisca na Federação Baiana pelo Progresso Feminino e na União Universitária Feminina, da qual foi presidente, destacando sua participação no debate científico, sua preocupação constante em defender os direitos civis e a saúde das mulheres, sua postura crítica em relação à dominação masculina (2007, p. 256).

Em 2006, Márcia Aparecida de Lima Vieira investigou a trajetória das mulheres que se formaram nos primeiros cursos de Medicina paulistas durante as primeiras décadas do século XX: o curso implantado pela Universidade Livre de São Paulo - instituição privada, criada em 1912, que funcionou até 1917 – e o curso da Faculdade de Medicina e Cirurgia, instituição pública, criada em 1912, primeira do estado a permitir o acesso de mulheres, para onde migraram os alunos da primeira. A autora analisa a entrada das pioneiras no ensino médico, suas possibilidades, perspectivas e expectativas de inserção no mundo da ciência, a partir de uma reflexão sobre três aspectos: o processo de higienização que caracteriza as políticas de saúde implantadas no período, a entrada das mulheres nos cursos de nível superior e a influência dos movimentos feministas.

Conclui que, embora elas não tenham participado de organizações feministas, nem defendido suas bandeiras, essas mulheres colaboraram para transformar valores, servindo certamente de exemplo para as novas gerações que aspiravam o ensino superior na área (p. 79).

O estudo de Iole Macedo Vanin analisa as peculiaridades da formação das primeiras médicas, farmacêuticas e odontólogas formadas pela Faculdade de Medicina da Bahia entre 1879, quando teve início a entrada das mulheres nos cursos superiores no país, até 1949, quando ocorre a separação dos cursos de Farmácia e Odontologia. A pesquisa rastreia as relações entre o contexto da sua formação e a expansão do ideário feminista.

Através de um enfoque que articula os avanços do campo da história das mulheres com os estudos feministas e de gênero, o estudo busca verificar em que medida teria ocorrido uma ruptura com os papéis tradicionais de gênero a partir do acesso das mulheres a esses cursos, redutos exclusivamente masculinos até pouco antes de 1843, quando se formou a primeira parteira.

Vanin se ampara na documentação institucional, em artigos e anúncios de jornais, teses de doutoramento feitas pelas médicas, livros de Atas da Federação Baiana pelo Progresso Feminino, etc. Inspirada nos achados de Margaret Rossiter, a autora constata “a existência de segregação hierárquica e territorial, nos setores que constituem o “mundo biomédico” da Bahia”, concluindo que “não houve rompimento, mas sim um acomodamento, regido por linhas de atuação patriarcais, da presença feminina em atividades em espaços específicos” (2008, s/n).

Os resultados principais dessa pesquisa, foram sintetizados em um artigo no qual Vanin ressalta que o incremento da participação das mulheres deu-se mais nos cursos de farmácia e odontologia e menos em medicina, pois entre 1879 e 1949, formaram-se 168 mulheres em farmácia, 160 em Odontologia e 84 em Medicina. Além disso, a maior parte das médicas se concentrava nas especialidades menos prestigiadas e mais ligadas aos cuidados com outras mulheres e com as crianças (ginecologia e obstetrícia). Além disso, não costumavam alcançar postos do alto escalão, sempre ocupados pelos homens. Ou seja, havia mais mulheres nas áreas menos prestigiadas. Confirmava-se, portanto, a tese da segregação territorial e da segregação hierárquica, bem de acordo com os estereótipos de gênero então vigentes (2010^a).

Considerando o perfil sócio-econômico dessas mulheres, Vanin adverte que elas provinham das classes médias e das elites. Levando em conta o impacto dos debates feministas que caracterizaram o contexto da capital baiana naquele período, Vanin ressalta que o número de mulheres nos cursos superiores da Faculdade de Medicina da Bahia aumentou a partir de 1920,

“como resultado da divulgação das idéias feministas, em um primeiro momento, e depois, precisamente a partir da década de 1930, com a atuação das filiais da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, através das ações realizadas pela *União Universitária* e a *Ala Moça*, uma vez que em todos os estados de origem das alunas havia uma filial e muitas delas faziam parte dessas instituições”. (2010a, p.57).

Num trabalho posterior, a mesma autora destaca a importância da médica feminista Ítala da Silva Oliveira, “professora que atuava em Aracaju nas primeiras décadas do século XX, em defesa dos direitos das mulheres, formou-se em Medicina na Faculdade de Medicina da Bahia em 1927, após ter o título de parteira em 1922” e defendeu a inclusão de educação sexual nos currículos (2010^a, p. 7).

Mônica Raisa Schpun tem pesquisado a trajetória de outra pioneira célebre na área: Carlota Pereira de Queiróz, nascida em 1892 e falecida em 1982. Mencionamos aqui apenas dois dos estudos que publicou sobre o tema em 1999 e em 2010. Em artigo publicado no *Cadernos Pagu* em 1999, a autora aborda a primeira etapa da carreira política de Carlota Pereira de Queiróz (1932-1937), quando ela se candidata à Assembleia Constituinte, exercendo seu mandato como primeira deputada federal do país. Respalhada numa pesquisa criteriosa, que incluiu a consulta à correspondência, a autora examina detalhadamente, “as relações de Carlota com seus colegas homens, sua política e suas relações com as feministas, especialmente Bertha Lutz e a FBPF”. Ressalta a misoginia dos homens e as tensões entre as posições de Bertha, feminista convicta, defensora dos direitos das mulheres e sufragista combativa, e de Carlota sobre o feminismo (Schpun, 1999:p. 331).

As relações profissionais de Carlota com seus colegas homens são retomadas em artigo posterior no qual Schpun destaca que ela provinha de “uma prestigiosa família das elites paulistas”. Observa que Carlota foi educadora na primeira década do século XX, passou a exercer a medicina desde 1926, tendo sido a primeira deputada federal do País entre 1933 e 1937, assinando a Constituição de 1934 junto aos demais 252 deputados, “todos homens” (2010, p. 239).

A pesquisa de Hildete Pereira de Melo e Maria Carolina Casemiro sobre a composição da Academia Nacional de Medicina e a Academia Brasileira de Ciências, publicada na *Revista Rio de Janeiro*, revela a baixa participação das mulheres nos anos noventa, apesar da feminização de alguns cursos, evidenciando as resistências à sua absorção em foros institucionais de peso. As autoras destacam que “nos 173 anos vividos pela Academia Nacional de Medicina só cinco mulheres foram eleitas para membro titular, enquanto existiram 612 sócios titulares do sexo masculino” (2004:125).

Mencionam ainda, que a primeira mulher associada a essa instituição foi Madame Durocher. A segunda, Madame Curie, integrada na qualidade de membro honorária estrangeira em 1926, quando visitou o Brasil, sendo a terceira, Carlota Pereira de Queiroz.

Observam ainda, que na Academia Brasileira de Ciências, embora o quadro incluísse 571 sócios, apenas 56 eram mulheres, representando 9,8%. “Os membros mais importantes do ponto de vista do reconhecimento científico são os titulares, estes são 334, correspondendo a 58% dos acadêmicos, mas a taxa de participação feminina cai para 7,8%, abaixo da participação na própria academia” (Melo e Casemiro, 2004:131).

Considerações finais

Algumas considerações podem ser feitas provisoriamente em torno desse significativo conjunto de estudos. Inicialmente observo que as análises se sustentaram claramente num enfoque histórico, inclusive cinco entre as autoras principais tem formação acadêmica no campo da história e apenas duas delas em outras áreas fronteiriças: Maria Aparecida Vieira em Pedagogia e Hildete Pereira de Melo em Economia. Os estudos focalizam o período entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, explorando as relações entre a formação das pioneiras e o contexto das possibilidades de educação formal das mulheres. Quanto à metodologia, chama a atenção a riqueza das fontes consultadas, que incluem cartas, relatos, fotografias, registros em Anais das instituições, livros de atas, teses, depoimentos, artigos em jornais e revistas, entrevistas com familiares, consulta a acervos

peçoais, etc. Do total dos quinze trabalhos analisados, apenas dois foram feitos em parceria, prevalecendo claramente a autoria individual (Melo e Casemiro, 2004 e Mott et alii, 2008)

De um modo geral, pode-se dizer que as autoras analisaram com mais detalhe as médicas que exerceram a profissão e se destacaram pela sua atuação dentro e fora da Academia. Os resultados das pesquisas enfatizam que, salvo poucas exceções, em geral elas conjugaram o ideário avançado com o desempenho dos papéis tradicionais: mães e esposas.

No que se refere às interseccionalidades, observa-se vários avanços, percebendo-se uma preocupação freqüente em assinalar os condicionantes de classe e sócio-culturais que, apesar dos preconceitos e das assimetrias de gênero, favoreceram a entrada das pioneiras no campo da medicina. Em termos gerais, ressalta-se que elas provinham de famílias da elite ou das camadas médias, setores que embora tivessem, em alguns casos, vínculos originários com o meio rural, se estabeleceram nas grandes cidades. Também são encontradas freqüentes menções à condição de migrantes dos pais de várias pioneiras, em geral provenientes de países da Europa ocidental.

Referências mais explícitas às questões étnicas são encontradas nas pesquisas de Vanin (2008, 2010^a, 2010^b). Nas demais, essas questões ou são rapidamente mencionadas ou permanecem mais subentendidas do que explicitadas, talvez porque as autoras esclarecem não só a filiação de classe das pioneiras, mas ressaltam que algumas delas entraram na Academia durante a vigência da escravidão, enquanto outras logo após sua proibição. Portanto, num período marcado por uma forte discriminação de classe e de raça/etnia, quando, infelizmente, nem se cogitava a presença de mulheres negras nas escolas e muito menos no ensino superior.

No que se refere aos entrelaçamentos gênero e gerações, esses resultados destacam também que a maioria delas iniciou os estudos muito jovens, tendo se formado com vinte e poucos anos, sendo que algumas se dedicaram às suas atividades profissionais por várias décadas.

Vale a pena lembrar que estes estudos se inserem no marco mais amplo de uma das tendências mais importantes do debate do campo Gênero e Ciências: as análises sobre histórias e trajetórias das cientistas pioneiras em várias áreas, que objetivam visibilizar sua atuação profissional e política, as especificidades da sua inserção profissional, sua capacidade de romper com as estereotípias relativas aos papéis de gênero, algumas das quais infelizmente persistem apesar dos avanços observados nas últimas décadas.

Entre essas análises, especificamente sobre a atuação das mulheres brasileiras, se incluem por exemplo, as pesquisas de Maria Margaret Lopes sobre a trajetória política e científica da bióloga Bertha Lutz (2006b e 2008); de Mariza Corrêa sobre pioneiras que se destacaram no campo da Antropologia (2003); de Nara Azevedo et alii sobre a carreira científica de Aída Hassón-Voloch na área da química (2004); de Eva Blay sobre as pioneiras do Instituto Biológico de São Paulo (2010); as biografias de dezenove cientistas que atuaram em vários campos do conhecimento na primeira metade do século XX, elaboradas por Hildete Pereira de Melo, em parceria com Lígia Maria Rodrigues (2006), etc.

Finalmente, a respeito da inserção profissional, os resultados dos estudos confirmam os argumentos de Margaret Rossiter sobre segregação hierárquica e segregação territorial no campo científico (1982), haja vista que as médicas analisadas em sua maioria, atuou no reduto representado pela ginecologia e obstetrícia, e/ou pela pediatria, onde a presença delas era mais facilmente assimilada. Ao mesmo tempo, poucas entre as pioneiras atingiram postos mais relevantes do ponto de vista hierárquico (1982). Entendo que esses tipos de segregação corroboram também os argumentos de Sandra Harding a respeito dos dualismos de gênero como instrumentos que colaboram para organizar desigualmente as atividades sociais entre homens e mulheres a partir de percepções estereotipadas sobre as diferenças sexuais (1996).

Inspiradas nesses resultados, outras questões emergem. Por exemplo: como teria evoluído o acesso das mulheres à carreira médica no Brasil? Sabemos que dados atualizados apontam para a feminização da carreira. Mas, quais seriam as especificidades desse processo de feminização? Sabe-se também que as políticas de ação afirmativa tem re-arranjado o perfil dos/as estudantes de graduação, do ponto de vista

étnico e quanto a origem sócio-econômica. Quais seriam os impactos dessas políticas no Nordeste e no Sul do país? Quais são as linhas gerais do perfil atual dos/as alunos/as dos cursos de graduação em Medicina? Em que medida o perfil atual se diferencia dos anteriores? Estas são apenas algumas das perguntas que nortearão a continuidade dessa pesquisa.

Referências

- AZEVEDO, Nara; CORTES, Bianca Antunes; FERRERA, Luiz Otavio e SÁ, Magali Romero. Gênero e Ciência: a carreira científica de Aída Hassón-Voloch. *Cadernos Pagu* (23), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, 2004, pp. 356-387.
- BLAY, Eva Alterman. Mulheres cientistas: aspectos da vida e obra de Khäte Schwarz. *Revista Estudos Feministas* (18: 2), Florianópolis-SC, pp. 473-489, 2010.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu* (26), p.329-365, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org) **Pierre Bourdieu**. São Paulo, Ática, 1983, pp. 122-155. Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 39.
- CORRÊA, Mariza. **Antropólogas e antropologia**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003, 278 p.
- CREENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas* (10:1), Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação e Expressão/UFSC, 2002, pp. 171-188.
- HAHNER, June. *Emancipating the Female Sex – the struggle for women’s rights in Brasil (1850-1940)*. Duke University Press, 1990.
- HAHNER, June. **Emancipação do Sexo Feminino**. A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- HARDING, Sandra. *Ciencia y Feminismo*. Madrid, Morata, 1996, 239 p.
- LOPES, Maria Margaret. “Aventureiras” nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil. *Cadernos Pagu* (10), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, 1998, pp. 345-368.
- LOPES, Maria Margaret. Proeminência na mídia, reputação em ciências: a construção de uma feminista paradigmática e cientista normal no Museu Nacional do Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (15), p. 73-95, 2008.
- LOPES, Maria Margaret. Sobre convenções em torno de argumentos de autoridade. *Cadernos Pagu* (27), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, 2006a, pp. 35-61.
- LOPES, Maria Margaret. “Vencer barreiras”, até quando? Aspectos da trajetória científico-política de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976). In: SANTOS, Lucy Woellner dos; ICHIKAWA, Elisa Yoshie e CARGANO, Doralice de Fátima (Orgs.) **Ciência, Tecnologia e Gênero**. Desvelando o feminino na construção do conhecimento. Londrina, IAPAR, 2006b, pp. 203-232.
- MELO, Hildete Pereira de & CASEMIRO, Maria Carolina Pereira. A Ciência no Feminino: uma análise da Academia Nacional de Medicina e da Academia Brasileira de Ciência. *Revista Rio de Janeiro* (11), Rio de Janeiro, UERJ/Fiocruz, 2004, pp. 117-134.
- MELO, Hildete Pereira de; LASTRE, Helena Maria Martins e MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Gênero no sistema de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. *Revista Gênero* (4:2), Niterói, p. 73-94, 2004.
- MELO, Hildete Pereira de e RODRIGUES, Lígia Maria. **Pioneiras das Ciências no Brasil**. Rio de Janeiro: SBPC, 2006, 47 p.
- MELO, Hildete. Um olhar de gênero sobre o sistema de concessão de Bolsas de Pesquisa no CNPq – 2001/2008. In: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – 2009, 2010. Brasília: SEPM, 2010, pp. 176-191.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros. A parteira ignorante: um erro de diagnóstico médico? *Revista Estudos Feministas* (7: 1 e 2), IFCS/UFRJ-CFH/UFSC, 1999, p. 25-36.

- MOTT, Maria Lúcia de Barros. Gênero, medicina e filantropia: Maria Renotte e as mulheres na construção da nação. *Cadernos Pagu* (24), 2005, p.41-67.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros. Madame Durocher: modista e parteira. *Revista Estudos Feministas* (2:3) Rio de Janeiro, 1º. sem. 1994, pp. 101-116.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Parto, parteiras, parturientes**: Mme. Durocher e sua época. São Paulo: USP/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1998. 331 p.
- MOTT, M. L. B. ; MUNIZ, M. A. ; ALVES, Olga Sofia Fabergé ; MAESTRINI, KARLA ; Santos, Taís . Médicos e médicas em São Paulo e os Livros de Registros do Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional (1892-1932). *Ciência & Saúde Coletiva* (13: 3), p. 853-868, 2008.
- RAGO, Elisabeth Juliska. A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras no século XIX. *Cadernos Pagu* (15), Campinas, 2000, p. 199-225.
- RAGO, Elisabeth Juliska. **Outras falas**: feminismo e medicina na Bahia (1836-1931). São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.
- ROSSITER, Margaret. **Women Scientists in America**: Struggles and Strategies to 1940. Baltimore: John Press, 1982.
- SCHIEBINGER, Londa. *O Feminismo mudou a ciência?* Bauru, SP, EDUSC, 2001. 382 p.
- SCHPUN, Monica Raisa. A médica Carlota Pereira de Queiróz e seus colegas: amizade e relações profissionais em meio predominantemente masculino. In: MONTEIRO, Yara Nogueira. (Org.). **História da saúde**: olhares e veredas. São Paulo: Instituto de Saúde, 2010, p. 239-250.
- SCHPUN, Mônica Raisa. Entre feminino e masculino: a identidade política de Carlota Pereira de Queiróz. *Cadernos Pagu*, (12), 1999, pp. 331-377.
- TABAK, Fanny. **O Laboratório de Pandora**. Estudos sobre a ciência no feminino. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- VANIN, Iole Macedo. As damas de branco na biomedicina da Bahia (1879-1949): médicas, farmacêuticas e odontólogas. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, 2008.
- VANIN, Iole Macedo. A participação feminina nos cursos de Medicina, Farmácia e Odontologia na Bahia. *Historien – Revista de História* (2) Petrolina, janeiro/março de 2010a, p. 36-59.
- VANIN, Iole Macedo. A produção intelectual das médicas formadas na Bahia: o feminismo na tese de Ítala de Oliveira. Seminário Internacional Fazendo Gênero 9 – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Florianópolis, 23 a 26 de agosto de 2010 (b).
- VIEIRA, Márcia Aparecida de Lima. Mulheres na Medicina: construindo espaços na São Paulo do início do século XX. Dissertação de Mestrado, PPG em Educação, Universidade São Francisco, 2006.